

Governo mostra ao Congresso a última Carta ao FMI

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Ernane Galvães, enviou ontem ao Congresso Nacional cópias da última Carta de Intenções e do memorando técnico de entendimentos, que também ontem foram transmitidas oficialmente ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os dois documentos, que fixam metas de desempenho para a economia brasileira até junho próximo, contêm um novo instrumento de controle das empresas estatais: elas terão de depositar todo o superávit (diferença entre suas necessidades de financiamento e sua receita operacional e as transferências que recebem do tesouro) que obtiverem em suas operações no Banco Central ou aplicá-lo em títulos públicos. Tais transferências foram fixadas em, no mínimo, Cr\$ 900 bilhões no primeiro trimestre, atingindo até Cr\$ 2,6 trilhões no primeiro semestre.

A Carta de Intenções e o memorando técnico enviados ao Fundo Monetário fixam para 85 uma meta restritiva de expansão de 60 por cento para a base monetária (emissão primária de moeda) e para os meios de pagamento (dinheiro em poder do público e depósitos à vista nos bancos) e reafirmam que uma política monetária rigorosa, com restrições ao crédito, são fundamentais para o combate à inflação. A previsão oficial de inflação, contida na Carta, é de 120 por cento para todo o ano e de 170 por cento na média (taxas anua-



Galvães

lizadas mês a mês, entre janeiro e dezembro).

A Carta de Intenções sugere que o déficit do sistema de Previdência requer a adoção de medidas legislativas urgentes que levem à reorganização das receitas e despesas do sistema, de forma a lhe assegurar uma sólida posição financeira de longo prazo.

São as seguintes as metas de política monetária alinhadas na Carta de Intenções e no memorando técnico divulgados ontem pelo Governo:

● **INFLAÇÃO** — O Governo, como afirma a Carta, não espera redução significativa da inflação este ano e estima que ficará em 120 por cento a taxa anual — e em 170 por cento na média. O Governo considera que as medidas de contenção da demanda (consumo) adotadas até agora deveriam ser implementadas com maior rigor.

● **PREÇOS** — A Carta, elaborada ainda em dezembro e com uma projeção otimista de inflação para 85, estabelece que o Governo continuará liberando os setores da economia que têm preços ainda sob controle. O subsídio concedido ao trigo, diz o documento, será totalmente eliminado até março próximo.

● **ÁREA PÚBLICA** — O memorando técnico prevê um superávit de 2,9 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em termos operacionais (descartadas as correções monetária e

cambial). Em termos nominais, contudo, sem descontar essas correções, o setor público terá um déficit de 12 por cento do PIB, equivalentes, neste ano, a cerca de Cr\$ 120 trilhões.

O superávit operacional fica distribuído entre os setores do Governo da seguinte forma:

a) Governo federal — superávit operacional de dois por cento do Empresas estatais, com aumento de receitas e redução nos investimentos, terão um orçamento equilibrado.

c) Estados e municípios deverão apresentar este ano um superávit operacional de 0,5 por cento do PIB, com um gasto total menor que suas receitas.

d) O sistema previdenciário e outros fundos e programas do governo deverão registrar um superávit operacional de 0,4 por cento do PIB.

● **POLÍTICA CAMBIAL** — Continuará rigorosamente atrelada à inflação e à correção monetária mensais.

● **ÁREA EXTERNA** — A Carta prevê um crescimento menor das exportações em 85, em relação ao ano passado, quando a balança comercial registrou saldo de US\$ 13 bilhões, mas afirma que os pagamentos de juros representarão desembolsos maiores que os de 84. O documento prevê um déficit no balanço de pagamentos, este ano, inferior a um por cento do PIB e um superávit de aproximadamente US\$ 100 milhões no balanço de pagamentos.